Governo do Estado do Pará
Secretaria Executiva de Administração – SEAD
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará (FSCMP)

Concurso Público

Nível Superior

Cargo 5: Contador

Caderno de
Provas Objetivas

Aplicação: 7/3/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – SEAD/FSCMP, de 7/1/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **8/3/2004** – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **9 e 10/3/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **30/3/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Pará e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a avaliação de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 1/2004 – SEAD/FSCMP, de 7/1/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelos telefones 0(XX) 91 4004 2525 e 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O ecoturismo é uma atividade que tem como
fundamento a conservação do meio ambiente, dos
4 ecossistemas, e pode e deve aproveitar a mão-de-obra local
para o desenvolvimento de diversas atividades, criando,
assim, diretamente, emprego e renda para as populações
7 locais e, indiretamente, para as populações das cidades. Pela
sua natureza, de forte atração de turistas nacionais e
estrangeiros, é um exportador de serviços e importador de
divisas. Faz entrar dinheiro externo na região, o que significa
10 uma fonte importante para a ativação geral da economia.

Internet: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>> (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com a argumentação do texto, define-se “ecoturismo” (l.1) como “a conservação do meio ambiente” (l.2).
- 2 Preserva-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “aproveitar” (l.3) pela expressão **fazer uso**, sem outras alterações no texto.
- 3 Textualmente, “populações locais” (l.5-6) e “populações das cidades” (l.6) não podem ser consideradas expressões sinônimas.
- 4 A expressão “Pela sua natureza” (l.6-7) constitui uma razão, uma causa para o fato de o ecoturismo ser um “exportador de serviços e importador de divisas” (l.8-9).
- 5 O emprego da forma singular em “é um exportador” (l.8) é exigido pelo sujeito subentendido da oração: o ecoturismo.
- 6 A forma verbal “significa” (l.9) está empregada no singular para concordar com “uma fonte importante” (l.10).

1 Com a pressão vinda de todos os lados, é natural
que, em um dado momento ou em outro, passe pela cabeça
da maioria das pessoas a ambição de largar tudo e ir viver
4 uma vida tranqüila em outro lugar. Mudar de vida pode ser
uma excelente solução para a tensão, dependendo
evidentemente da vida que se leva. Qualquer decisão nesse
7 sentido, porém, deve levar em conta um fato da natureza:
ninguém pode evitar completamente situações estressantes.
O estresse não é doença, e, sim, uma reação instintiva ao
10 perigo real ou imaginário ou a uma situação de desafio.
“Uma cascata bioquímica que prepara o corpo para lutar ou
fugir”, na definição do manual de técnicas para aliviar o
13 estresse, elaborado pela Escola de Medicina de Harvard, um
centro de excelência nos Estados Unidos da América.

O reflexo automático diante do perigo foi
16 implantado em nossos genes para evitar que sejamos feridos
ou coisa pior. Sem ele, teria sido impossível a sobrevivência
da espécie.

19 O estresse não é necessariamente negativo. O
aumento gradativo da adrenalina melhora o desempenho
físico e intelectual de maneira estrondosa — afinal, é para
22 isso mesmo que serve. Quando bem usado, ele ajuda a
superar desafios. É a adrenalina — um dos hormônios do
estresse — que faz com que atletas consigam superar limites
25 em uma competição ou que consultores de multinacionais
terminem um projeto em tempo recorde.

Veja, fev./2004 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos ao texto anterior.

- 7 Depreende-se da argumentação do texto que o estresse, apesar de não ser uma doença, é uma das angústias do homem moderno na sua incessante necessidade de superar seus próprios limites.
- 8 Ao substituir a expressão “que se leva” (l.6) por **que levamos**, mantêm-se a correção e a impessoalidade do texto, mas será necessário substituir, também, “Mudar” (l.4) para **Mudarmos**, a fim de que a correção gramatical seja mantida.
- 9 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao substituir “porém” (l.7) por **mas**.
- 10 Na linha 7, a oração que segue os dois pontos serve de explicação para “um fato da natureza”, que pode ser interpretado como **da natureza humana**.
- 11 O valor adversativo da conjunção “e” (l.9) permite sua substituição por **mas**, sem que a argumentação do texto seja prejudicada.
- 12 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “ao perigo” (l.9-10) por **para o perigo**.
- 13 Pelos sentidos textuais, o pronome “ele” (l.17) retoma a idéia de “perigo” (l.15).
- 14 Emprega-se o gênero feminino no adjetivo “estrondosa” (l.21) por exigência da concordância com “adrenalina” (l.23).
- 15 Na linha 22, o gênero empregado em “usado” indica que o sujeito subentendido de “serve”, na oração anterior, é **estresse**.
- 16 No último parágrafo do texto, a palavra “atletas” (l.24) integra um exemplo que confirma o argumento de melhora do desempenho físico, enquanto “consultores de multinacionais” (l.25) exemplifica o mesmo argumento em relação a desempenho intelectual.
- 17 O texto emprega o modo subjuntivo em “consigam” (l.24) por exigência do emprego de “com que” (l.24) iniciando a oração.

Efeitos da ameaça, no bem e no mal

1 Enquanto os nimbos da guerra toldam o horizonte,
a vigília sugere pensamentos esparsos, de calibre diverso no
bem e no mal. Por exemplo, transparece, com veemência
4 dolorosa, o fato de que a arma atômica é o mais eficaz
instrumento de poder. A unidade de medida. A prova.

7 Quem não tem arma atômica não se estabelece, está
fora do grande jogo. Donde a conclusão grave, atemorizante:
só a bomba é a última e definitiva garantia de segurança. E
aqui trafegamos pelo domínio do mal.

10 Há compensações. Por exemplo, as marchas a favor
da paz, a apinhar avenidas e praças ocidentais. Comovem o
mundo islâmico. Porta-vozes muçulmanos celebram a
13 resistência cristã à ameaça da guerra. E a interpretam no
melhor sentido, como demonstração de que o Ocidente não
quer, antes ainda do ataque ao Iraque de Saddam, um
16 confronto entre civilizações.

Mino Carta. *Carta Capital*, 19/3/2003 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito do texto acima.

- 18 A organização das idéias no texto permite inferir para as palavras “nimbos” e “toldam” (l.1) a significação de **riscos** e **ameaçam**, respectivamente.
- 19 A expressão de valor adjetivo “de calibre diverso no bem e no mal” (l.2-3) qualifica “pensamentos esparsos” (l.2).
- 20 Subentende-se a idéia do **poder** depois de “medida” e de “prova” (l.5).
- 21 Mantém-se a coerência do texto e a sua correção gramatical ao substituir o pronome “Quem” (l.6) por **Países**.
- 22 De acordo com as idéias do texto, não se estabelecer significa ficar fora do “grande jogo” (l.7).
- 23 Por introduzir um sentido explicativo, o sinal de dois pontos após “atemorizante” (l.7) pode ser substituído pela conjunção **por que**, sem que seja prejudicada a correção do texto.
- 24 O advérbio “aqui” (l.9) remete, no texto, ao lugar, ao país onde o autor está ao escrever.
- 25 A inserção de **qualquer** antes de “ameaça da guerra” (l.13) preserva a coerência e a correção gramatical do texto.

Sabe-se hoje que as ações educativas e de prevenção, aliadas aos atendimentos mais freqüentes, considerados ações de atenção básica ampliada, resolvem 85% dos problemas de saúde da população. Isso significa que o investimento na atenção básica previne o adoecimento e o agravamento das doenças. Assim, a qualidade de vida da população melhora e tendem a diminuir os gastos com procedimentos de média e alta complexidade. Como conseqüência desse processo, evidenciam-se a redução dos índices de mortalidade infantil, a diminuição do número de mortes por doenças de cura simples e conhecida, bem como a diminuição das filas nos hospitais das redes públicas e conveniadas com o SUS.

Ministério da Saúde. *Gestão municipal da saúde — textos básicos*. Brasília, 2001 (com adaptações).

Tendo por referência o assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 26 O texto cita ações de atenção básica e procedimentos de média e alta complexidade. Entre os princípios que regem a organização do SUS, destaca-se a hierarquização, ou seja, a organização da atenção em níveis de complexidade tecnológica crescentes.
- 27 O coeficiente de mortalidade infantil é um dos mais sensíveis indicadores de saúde, que, embora não seja diretamente influenciado pelas condições socioeconômicas da população, tem relação com a qualidade de vida da população.
- 28 A Constituição da República e a Lei Orgânica da Saúde estabelecem a possibilidade de instituições privadas participarem de forma complementar ao SUS. Desse modo, um paciente que necessite de um procedimento cirúrgico e prefira realizá-lo em instituição privada, poderá optar por fazê-lo, desde que o hospital seja conveniado ao SUS.
- 29 O programa de saúde da família é uma estratégia de organização da atenção básica, fundamentada nos princípios de regionalização e hierarquização do SUS, que fortalece as ações de prevenção da doença, a promoção e a recuperação da saúde, de forma integral e contínua.
- 30 As ações educativas e de prevenção a que o texto se refere, por serem capazes de resolver 85% dos problemas de saúde da população, são consideradas na Constituição da República como ações prioritárias no âmbito do SUS, em detrimento dos serviços assistenciais.

As informações são muito importantes para subsidiar o processo de decisão e de ação. O processo de gestão do setor de saúde exige a tomada de decisões de alta responsabilidade e relevância social. Em relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 31 Um sistema de informação em saúde tem de garantir à população o direito ao acesso às informações, previsto na Lei Orgânica da Saúde, garantindo mecanismos contínuos de divulgação, utilizando recursos de comunicação adequados, ou seja, garantindo a efetivação do controle social.

- 32** Os sistemas de informação do SUS devem ter como princípio geral a produção de informações, com base no saber epidemiológico, que garantam avaliações permanentes das ações executadas e do impacto sobre a situação de saúde.
- 33** A partir das informações geradas pelos sistemas de informação do SUS, podem-se construir indicadores para a avaliação da condição de saúde de uma população. Atualmente, entretanto, verificam-se a falta de integração entre os diversos sistemas existentes no SUS, a baixa confiabilidade dos dados e a pouca utilização das informações. Por esse motivo, os sistemas vigentes estão caindo em desuso.
- 34** A descentralização, diretriz organizacional do SUS, exige que a informação alcance as diferentes esferas de governo, conforme suas competências. Assim, cabem à direção nacional do SUS definir e coordenar os sistemas de vigilância à saúde, analisando as informações produzidas nos diferentes sistemas de informação, planejar as estratégias de ação cabíveis e delegar sempre ao gestor estadual da saúde a execução dessas ações.

O Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente são exemplos dos avanços na busca por melhores condições de saúde da população. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 35** Um idoso portador de doença crônica tem, de acordo com o Estatuto do Idoso, direito a receber gratuitamente do poder público os medicamentos de que necessite para o seu tratamento. Assim, a família necessita arcar apenas com os procedimentos de alta complexidade indisponíveis no SUS.
- 36** A prioridade do idoso no atendimento à saúde determinada pelo Estatuto do Idoso é inconstitucional, pois afronta o princípio da igualdade na assistência à saúde, sem preconceitos nem privilégios de qualquer espécie.
- 37** Os estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente têm em comum a garantia de, em caso de internação hospitalar de indivíduos desses grupos populacionais, direito a acompanhante em tempo integral, incorporando o conceito de humanização aos serviços de saúde.
- 38** Um profissional, independentemente do cargo que ocupe, ao suspeitar de maus tratos em instituições de saúde contra crianças, adolescentes ou idosos, tem a obrigação de comunicar o fato aos órgãos competentes, sob pena de cometer crime de responsabilidade.

Rede de proteção social (RPS) é uma seleção de ações destinadas à prestação de serviços sociais básicos, voltados para grupos de baixa renda. No que se refere a esse tema, julgue os itens seguintes.

- 39** Os programas de bolsa alimentação e bolsa escola integram a RPS e são exemplos de políticas de apoio e geração de renda às famílias, mas não concorrem para a promoção da saúde.
- 40** No âmbito da saúde, identificam-se a política de inclusão social nos projetos de saúde da família e agentes comunitários de saúde e as estratégias de organização da atenção básica à saúde que aproximam o profissional de saúde da comunidade, propiciando melhor entendimento de suas necessidades por meio da utilização de métodos epidemiológicos.

Acerca do financiamento do SUS, julgue os itens que se seguem.

- 41** A legislação que instituiu o SUS definiu as bases do modelo de financiamento do sistema, com respeito às fontes e aos mecanismos de transferência de recursos entre o nível federal e os estados e municípios.
- 42** Com o princípio da descentralização das ações do SUS, nota-se um aumento da participação dos municípios no financiamento das ações de saúde.
- 43** A legislação prevê que os recursos federais devem constituir transferências não-condicionadas, ou seja, não-negociadas, mobilizadas por mecanismos de transferência direta e automática do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais de saúde.
- 44** Para a determinação de valores a serem transferidos do nível federal a estados e municípios, são considerados, entre outros, os seguintes critérios: perfil epidemiológico da população, perfil demográfico da região, características da rede de saúde na área, organização da rede privada na região, desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior e nível de participação do setor de saúde nos orçamentos estaduais e municipais.

Acerca da gestão de recursos humanos no SUS, julgue os itens subseqüentes.

- 45** Os gestores de saúde, no âmbito de suas competências, devem assumir a responsabilidade de formação de recursos humanos em saúde para adequá-los às demandas qualitativas e quantitativas do sistema de saúde.
- 46** Avanços significativos ocorreram nos elementos constitutivos do sistema de saúde, tais como a descentralização, as bases para o financiamento e o controle social. No entanto, o processo concernente aos recursos humanos não acompanhou esses avanços e muitos dispositivos inseridos na legislação ainda não são efetivos.
- 47** No caso de insatisfação do usuário com o atendimento prestado, o único mecanismo de reclamação é a queixa formal do ocorrido ao órgão de ouvidoria da secretaria de saúde. A instituição, por sua vez, deverá instituir sindicância para apuração dos fatos.

Em relação à vigilância à saúde, atribuição do SUS, julgue os seguintes itens.

- 48** A AIDS é hoje uma doença em franca expansão na população brasileira, sendo considerada uma epidemia. Para reduzir o crescimento dessa epidemia, faz-se necessário lançar mão de instrumentos epidemiológicos e intensificar a descentralização das ações para melhores resultados de controle da doença.
- 49** O Programa Nacional de Imunizações (PNI) é estabelecido pelo Ministério da Saúde como calendário vacinal mínimo a ser realizado no âmbito do SUS, não podendo ser modificado nas esferas estaduais e municipais.
- 50** Para poder intervir nos agravos à saúde, há a necessidade de conhecimento dos fatores de risco e do perfil da população exposta a eles. Essas informações subsidiam o planejamento da organização de oferta de serviços de saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

RASCUNHO

João fez um empréstimo de R\$ 2.000,00 à taxa de juros simples de 8% a.m. Após um certo tempo, ele conseguiu um novo empréstimo, no valor de R\$ 4.000,00, à taxa de juros simples de 5% a.m. e, na mesma data em que foi feito o 2.º empréstimo, quitou o anterior. Nove meses depois, contados a partir da data do 1.º empréstimo, ele quitou também o 2.º e verificou que o total de juros pagos nos dois empréstimos foi de R\$ 1.600,00. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 51** O prazo utilizado para quitação do 1.º empréstimo foi inferior a 4 meses.
- 52** Os juros pagos referentes ao 2.º empréstimo foram maiores do que os juros referentes ao 1.º empréstimo.

Considerando que a diferença entre o desconto comercial simples e o desconto racional simples de uma promissória pagável em 5 meses, à taxa de desconto simples de 4% a.m., foi de R\$ 120,00, julgue os itens que se seguem.

- 53** A taxa mensal efetiva da operação de desconto comercial era igual a 5%.
- 54** O desconto racional simples foi inferior a R\$ 700,00.
- 55** O valor nominal da promissória era superior a R\$ 3.500,00.

Um capital, acrescido de juros compostos durante 2 meses, resultou em um montante de R\$ 2.420,00. O mesmo capital, acrescido de juros compostos durante 3 meses, resultou no montante de R\$ 2.662,00. Considerando que a taxa de juros era a mesma nas aplicações feitas, julgue os itens subsequentes.

- 56** A taxa mensal de juros das aplicações era inferior a 9%.
- 57** O capital aplicado era superior a R\$ 1.900,00.

Uma nota promissória, com R\$ 1.270,00 de valor de face, cujo termo era de 4 meses à taxa de juros compostos de 24% a.a. com capitalização mensal, foi resgatada 2 anos antes do vencimento com a taxa de desconto composto racional de 1% a.m. Considerando $(1,02)^{48} = 2,59$ e $(1,01)^{24} = 1,27$, julgue os itens a seguir.

- 58** O valor nominal da promissória era superior a R\$ 3.300,00.
- 59** O desconto obtido foi inferior a R\$ 720,00.

Um empréstimo de R\$ 86.000,00 deve ser pago pelo sistema de amortização mista em 5 prestações anuais e sucessivas a uma taxa de juros compostos de 12% a.a., com a 1.ª prestação vencendo ao final do 1.º ano do empréstimo. Considerando $(1,12)^{-5} = 0,57$, julgue os itens seguintes.

- 60** A 1.ª prestação a ser paga ao final do 1.º ano do empréstimo será inferior a R\$ 25.000,00.
- 61** A 1.ª amortização a ser feita ao final do 1.º ano do empréstimo será inferior a R\$ 15.000,00.
- 62** A parcela de juros computada na 1.ª prestação será inferior a R\$ 10.500,00.

Um empréstimo deve ser quitado em 7 prestações anuais e sucessivas, pelo sistema de amortização constante, sendo cobrada uma taxa de juros compostos de 7,5% a.a. Sabendo-se que a amortização anual do empréstimo é igual a R\$ 6.200,00, julgue os itens que se seguem.

- 63** O valor do empréstimo foi superior a R\$ 40.000,00.
- 64** A 1.ª prestação, a ser paga ao final do 1.º ano, será inferior a R\$ 9.500,00.

Um microcomputador, cujo preço à vista é igual a R\$ 3.875,00, foi vendido com um financiamento da seguinte forma:

- entrada de 20% do preço à vista;
- duas prestações mensais, sendo a 2.^a igual ao dobro da 1.^a;
- a 1.^a prestação venceu 1 mês após a compra, e a 2.^a prestação venceu 3 meses após a compra.

Sabendo que a loja opera com uma taxa mensal de juros compostos de 5% e considerando $(1,05)^2 = 1,10$ e $(1,05)^3 = 1,16$, julgue os itens subseqüentes.

65 O valor pago de entrada foi superior a R\$ 800,00.

66 A 1.^a prestação foi superior a R\$ 1.200,00.

67 O total pago pelo comprador foi superior a R\$ 4.200,00.

Considere uma renda anual constituída de 15 termos iguais a R\$ 1.000,00, com a taxa corrente de juros compostos de 10% a.a. Considerando $(1,1)^{15} = 4,18$; $(1,1)^{16} = 4,60$ e $(1,1)^{-15} = 0,24$, julgue os itens a seguir.

68 Se os pagamentos são *postecipados*, então o valor atual da renda é inferior a R\$ 7.500,00.

69 Se os pagamentos são *postecipados*, então o montante da renda deve ser inferior a R\$ 30.000,00.

70 Se os pagamentos são antecipados, então o montante da renda deve ser superior a R\$ 34.000,00.

Muito se tem discutido sobre contabilidade como ciência. Sua definição está, geralmente, ligada aos objetivos, fins, campos de atuação e usuários. No tocante à contabilidade como ciência, julgue os itens subseqüentes.

71 Para o usuário, é indiferente se contabilidade é uma ciência ou uma técnica para exteriorizar, por meio de relatórios, a situação patrimonial ou financeira de uma entidade. Para o usuário não importa a informação, e sim o resultado positivo.

72 Sob o ponto de vista do objeto, a contabilidade é a ciência que capta, mensura e reporta as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio de uma entidade, em um determinado período.

73 Uma entidade econômico-administrativa pode ser conceituada como um patrimônio sobre o qual o ser humano exerce ação administrativa, praticando atos de natureza econômica. Daí, é correto afirmar que a contabilidade atua em qualquer entidade econômico-administrativa, controlando seu patrimônio e fornecendo informações aos diversos usuários.

dia do mês	compras (litros)	preço unitário (em R\$)	total (em R\$)	vendas (litros)
4	1.500	10	15.000	–
7	2.500	12	30.000	–
11	–	–	–	1.500
21	1.000	13	13.000	–
30	–	–	–	2.000

Uma das finalidades da contabilidade é o controle patrimonial. Com base nas informações da tabela anterior, julgue os itens seguintes relativos aos métodos de avaliação dos estoques.

74 O custo dos produtos vendidos, apurado pelo custo médio ponderado, foi superior a R\$ 40.000,00. Além disso, o estoque final foi superior a R\$ 17.000,00.

75 Supondo uma receita líquida de vendas de R\$ 60.000,00, uma avaliação pelo PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) levaria à apuração de lucro bruto superior à feita pelo método UEPS (último a entrar, primeiro a sair), dado o aumento de preços evidenciado na tabela.

76 No Brasil, o método UEPS de avaliação dos estoques não é aceito pela legislação fiscal.

Na gestão das entidades são tomadas diversas decisões de cunho econômico, cuja repercussão no patrimônio acontecerá no presente ou no futuro. Muitas das decisões afetam o patrimônio exigindo dos contadores atenção especial aos fatos ocorridos para o registro e controle patrimonial. Com relação aos atos de gestão estudados pela contabilidade, julgue os itens a seguir.

77 O ato de contratar um funcionário da produção é um fato que não deve ser estudado pela contabilidade, entretanto, quando o funcionário começar a exercer a sua função, a contabilidade estará estudando o consumo da mão-de-obra no processo produtivo. O salário pago ou provisionado a empregados envolvidos no processo produtivo é exemplo de fato contábil permutativo.

78 Um exemplo de fato contábil misto é o de uma venda à vista de mercadoria em que se obtém lucro, pois envolve fatos modificativos, aumentativos e contábeis compensativos entre elementos de ativos.

Após a grande depressão de 1929, a contabilidade foi instigada a construir normas e padrões contábeis para que, ao observar as demonstrações contábeis, os usuários da informação soubessem o modo como elas foram elaboradas, ou seja, que princípios fundamentavam os demonstrativos. No Brasil, os princípios fundamentais de contabilidade foram dispostos por meio da Resolução n.º 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade. Quanto à aplicação dos princípios contábeis, julgue os itens subseqüentes.

79 A contabilidade registra os fatos contábeis pelo valor original, ou seja, pelo custo histórico. O princípio do registro pelo valor original veda a correção monetária dos balanços. O procedimento de registro utilizando-se correção monetária foi extinto pela Lei n.º 9.249/1995.

80 Uma entidade que esteja em descontinuidade deverá registrar os fatos contábeis ocorridos pelo valor original, observando o princípio da competência.

81 Fenômenos da economia ou de mercado não podem afetar os registros contábeis de uma entidade. Em função do que rege o princípio da oportunidade, as estimativas de valores que são feitas por economistas ou especialistas não devem ser registradas, mesmo que elas venham a afetar o patrimônio da entidade.

Para que demonstrativos como o balanço patrimonial possam refletir devidamente a situação patrimonial, é necessário que se faça o levantamento dos registros nos livros contábeis e a conciliação entre esses registros e os bens físicos existentes nas entidades. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 82** O inventário físico consiste na contagem, descrição e avaliação de cada um dos elementos patrimoniais da entidade: bens, direitos e obrigações. Antes desse procedimento, deve ser elaborado o balanço patrimonial para confrontação entre o contábil e o real, tendo em vista a apuração de bens incorpóreos.
- 83** A forma mais comum de se efetuar um inventário é o levantamento físico dos estoques. Esse tipo de inventário é utilizado em muitas entidades para a apuração do custo dos produtos vendidos. Essa técnica de apuração do custo dos produtos vendidos é denominada inventário permanente.

Uma das principais técnicas contábeis é a escrituração. O *caput* do artigo 177 da Lei n.º 6.404/1976 dispõe o seguinte:

“A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.”

Com base nas técnicas de escrituração contábil, julgue os itens subseqüentes.

- 84** Até o ano 2000, o método das partidas dobradas era uma das técnicas mais utilizadas para a escrituração; atualmente, esse método não está sendo utilizado nos processamentos eletrônicos.
- 85** Na escrituração eletrônica, alguns elementos, como o histórico da partida, já não são necessários no momento do lançamento, em função da identificação magnética por ocasião do processamento dos dados.

As publicações das demonstrações financeiras ou contábeis são obrigatórias para as entidades com capital aberto, conforme rege a legislação societária. Embora não sejam obrigatórias para as sociedades limitadas, tais demonstrações são de suma relevância para participações em concorrência ou para requisição de empréstimos e financiamentos bancários. Com relação às demonstrações contábeis, julgue os seguintes itens.

- 86** A dinâmica patrimonial não é evidenciada na demonstração contábil denominada balanço patrimonial.
- 87** O balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das origens e aplicações de recursos e a demonstração das mutações do patrimônio líquido compõem as demonstrações financeiras, as quais, entretanto, não atingem plenamente a sua finalidade comum: informar. Por isso, são necessárias as notas explicativas para complementar tais demonstrações, embora essas não sejam obrigatórias e não façam parte das demonstrações exigidas pela legislação societária.

88 A publicação das demonstrações financeiras torna-se mais relevante para os acionistas minoritários e usuários externos, uma vez que o acionista majoritário usualmente faz parte da gerência das entidades, de forma direta ou indireta.

89 O exercício social não precisa, necessariamente, coincidir com o ano civil. Contudo, a prática de publicar balanços com data de 31/12 é usual. Uma vez adotado o ano civil como exercício social, as entidades de capital aberto devem publicar as demonstrações contábeis até cinco dias antes da assembléia geral ordinária.

90 Nas demonstrações de resultados, as entidades de capital aberto não são obrigadas a consolidar suas participações em sociedades coligadas.

balanço patrimonial de 31/12/2003 (em R\$ mil)

	2003	2002		2003	2002
ativo total	38.400	36.000	passivo	38.400	36.000
circulante	15.900	15.000	circulante	19.200	16.200
disponibilidades	3.400	4.000	contas a pagar	2.400	2.000
clientes	7.700	7.000	fornecedores	9.600	8.000
duplicatas descontadas	-4.000	-3.000	obrigações tributárias	7.200	6.200
estoques	8.800	7.000	exigível a longo prazo	8.000	9.000
realizável a longo prazo	9.600	8.000	resultado de exercícios futuros	1.200	1.000
permanente	12.900	13.000	patrimônio líquido	10.000	9.800
investimentos	5.000	5.000	capital	6.000	6.000
imobilizado	7.500	7.500	reservas de capital	4.800	4.800
diferido	400	500	prejuízos acumulados	-800	-1.000

Com relação ao balanço patrimonial acima, da empresa Zeta S.A., julgue os itens subseqüentes.

- 91** Efetuados os ajustes necessários, as aplicações da empresa Zeta S.A. aumentaram em 9,7%.
- 92** O capital circulante líquido sofreu uma redução de R\$ 2.100 mil, redução essa que independe dos ajustes efetuados no balanço patrimonial.
- 93** Com base nas técnicas de análise vertical, é correto concluir que houve uma redução de fontes de longo prazo de 50,8% para 45,3%.
- 94** Com base nas técnicas de análise das demonstrações contábeis, especialmente na técnica de análise horizontal, é correto afirmar que o ativo circulante evoluiu 12%.
- 95** O conceito de análise das demonstrações contábeis está relacionado à sua finalidade, qual seja, extrair informações úteis para a tomada de decisão.

Com relação às necessidades e aos serviços públicos brasileiros, julgue o item abaixo.

96 O estado democrático tem como elemento final o bem comum, ou seja, a existência do estado está relacionada com o bem comum do povo. A administração pública é o conjunto de ferramentas à disposição do Estado para a realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades individuais.

Uma das principais ferramentas da contabilidade é o controle patrimonial. As entidades públicas, nos seus instrumentos de controle, necessitam que estejam contemplados todos os fatos que alteram o patrimônio comum do povo, o patrimônio público. Com relação ao controle na administração pública, julgue o item a seguir.

97 Em função do caráter delegativo que o povo entrega os patrimônios comuns à administração, a gestão pública deve prestar contas de desempenhos e resultados, bem como os seus representantes devem agir de maneira escorreita com relação ao objeto da delegação. Assim, cabe ao Estado, por meio de seus controles internos e externos, mensurar e demonstrar eficiência e eficácia no serviço público, visando justificar a cobrança de tributos. A contabilidade atende ao estado no que se refere aos controles internos e modelos de mensuração de desempenho.

A contabilidade é utilizada para elaborar planos de contas para o controle patrimonial das entidades públicas ou privadas. Na contabilidade pública, os bens estão relacionados aos títulos contábeis. Com relação ao patrimônio público, julgue os itens seguintes.

98 No ativo financeiro, estão dispostos somente os bens relacionados ao caixa ou equivalentes ao caixa. São exemplos de ativos financeiros: caixa, banco conta movimento e devedores por empréstimos tomados. Não estão nesse grupamento os direitos de devedores por empréstimos tomados.

99 Os bens físicos são classificados no ativo permanente, mesmo aqueles não-perenes, como os materiais de consumo ou de distribuição gratuita.

100 Visando captar recursos no âmbito interno, a administração pública emite títulos como Letras do Tesouro Nacional, bônus do Banco Central, letras financeiras do tesouro etc. Tais dívidas são permanentes e conhecidas na contabilidade como dívida fundada interna (DFI).

101 A Lei n.º 4.320/1964 não previu a depreciação para os bens móveis e imóveis vinculados às entidades públicas. Conseqüentemente, o consumo de determinados bens não está contemplado no custo de determinados serviços. Mesmo não havendo a obrigatoriedade legal, o contador deve calcular a depreciação para a avaliação dos componentes patrimoniais, bem como para melhor mensurar os resultados das entidades públicas.

A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, estados, municípios e o Distrito Federal, todos independentes no que se refere a gestão. O poder executivo ou administrativo é responsável pela gestão pública de órgãos da administração direta, indireta e delegada. Com relação ao papel da contabilidade na gestão das entidades públicas, julgue o item abaixo.

102 O período de gestão da contabilidade pública assemelha-se ao da contabilidade societária, ou seja, deve contemplar um período de 12 meses. A Lei n.º 6.404/1976 não obriga que o exercício social coincida com o ano civil, da mesma forma que a Lei n.º 4.320/1964 não o faz. A gestão nas entidades públicas é medida pelo prazo do mandato do gestor eleito, seja ele presidente da República, governador ou prefeito.

Na contabilidade financeira das entidades, são utilizados dois regimes contábeis: o de caixa e o de competência. O regime de competência é utilizado quando a entidade está em continuidade. O regime de caixa é utilizado pelas entidades sem fins lucrativos ou por entidades em descontinuidade. Quanto ao regime contábil que as entidades públicas devem observar, a Lei n.º 4.320/1964 determinou que a ele fosse dado tratamento especial. No que se refere à aplicação dos regimes contábeis em entidades públicas, julgue os itens a seguir.

103 No momento em que é emitida uma guia de IPTU, por exemplo, o estado deverá reconhecer a receita. Já as despesas, somente serão reconhecidas quando os serviços inerentes a elas forem prestados.

104 O regime de caixa combinado com o de competência torna-se misto. Daí, se a entidade pública reconhecer a despesa no momento do empenho, estará obedecendo ao princípio de competência; caso reconheça a receita somente quando da efetiva arrecadação, a entidade pública estará utilizando o regime de caixa.

Todos os gastos e receitas públicas devem ser previstos em orçamento. A respeito das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

105 As despesas compreendem os dispêndios do Estado ou as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais. Na contabilidade, as despesas correntes correspondem às aquisições de bens para formação do capital de cada órgão/entidade pública. As receitas correntes são aquelas que originam-se de tributos arrecadados.

106 A previsão de receita é controlada em conta-corrente contábil nas seguintes contas de compensação passivas: previsão inicial da receita, previsão adicional da receita e anulação da receita. Por outro lado, a dotação da despesa é controlada em conta-corrente contábil nas seguintes contas de compensação ativas: dotação inicial, dotação suplementar, dotação especial e dotação extraordinária.

107 Geralmente, os créditos financeiros da entidade pública que estão em poder de terceiros são aqueles que ficam em poder dos funcionários para pagar despesas de pronto pagamento ou de pequeno montante. Na contabilidade pública, estes adiantamentos ficam registrados no realizável, especificamente na rubrica **responsáveis por adiantamentos** em contas analíticas.

108 Uma das fases para a organização do inventário é o levantamento do balanço patrimonial, sendo esse um procedimento comum à contabilidade pública e privada.

Com relação às operações típicas das entidades públicas, julgue os itens a seguir.

109 As despesas empenhadas e não-processadas são inscritas em restos a pagar. Entre outros lançamentos, deve ser feito o seguinte lançamento contábil: débito — 2.1.2.1.6.02.02 (restos a pagar não-processados a liquidar); crédito — 5.2.3.3.1.05.00 (restos a pagar).

110 A anulação de despesa empenhada no próprio exercício será contabilizada revertendo-se essa despesa à dotação.

Para medir o desempenho em uma entidade privada, é comum a observação da demonstração do resultado do exercício. Conforme a Lei n.º 4.320/1964, a contabilidade é peculiar no que se refere à medida de desempenho econômico-financeiro. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

111 Na contabilidade pública, os demonstrativos balanço patrimonial e balanço orçamentário são equiparados aos balanços patrimoniais das entidades privadas. Conseqüentemente, o balanço financeiro é equiparado à demonstração do resultado do exercício.

112 O balanço patrimonial apresenta as receitas orçamentárias estimadas, suas respectivas execuções, bem como suas possíveis diferenças. Além disso, evidencia as despesas orçamentárias fixadas, as execuções e as diferenças a elas inerentes.

113 O resultado patrimonial é decorrente das variações ativas e passivas. Se as variações ativas forem superiores às variações passivas, há um *superavit*. Caso ocorra situação inversa, há um déficit. Essas movimentações são observadas no demonstrativo denominado balanço patrimonial.

Após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a administração pública ficou obrigada a prestar contas de sua gestão. Nesse sentido, foram elaborados relatórios contábeis que visam demonstrar como a gestão pública tem aplicado os recursos disponíveis para o bem comum do povo. Com relação à LRF, julgue o item abaixo.

114 O relatório resumido da execução orçamentária (RREO) está disciplinado pela LRF e pela Portaria n.º 560 e diz respeito a todos os poderes e ao Ministério Público. Os demonstrativos da receita corrente líquida, das receitas e das despesas previdenciárias são alguns exemplos de anexos do relatório exigido.

A Lei n.º 8.666/1993 regulamenta o processo de contratação de serviços e aquisição de bens do poder público, abrangendo todos os órgãos da administração direta e indireta. A respeito da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

115 O concurso, como também a licitação, corresponde à modalidade de licitar entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior valor, igual ou superior ao da avaliação.

116 Poderá ser dispensada a licitação quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normatizar o abastecimento. Daí, a anulação do procedimento licitatório não gera obrigação, por parte da administração pública, de indenizar o prestador de serviços pelo fato de este ter vencido a licitação.

A contabilidade tornou-se imprescindível às entidades devido ao desenvolvimento econômico, especialmente no que diz respeito à auditoria. Com relação à auditoria interna e externa, julgue os itens subseqüentes.

117 Em princípio, um auditor externo não deve aceitar proposta para realizar auditoria em empresa cujo ramo de atividade apresente contabilidade e funcionamento por ele desconhecidos. No entanto, poderá aceitar o trabalho se conhecer alguém na empresa capaz de esclarecer suas dúvidas. É preferível que essa pessoa seja alguém da família, para que o auditor tenha mais segurança para fazer seu trabalho. Assim, o profissional de auditoria poderá aceitar o serviço, pois terá condições suficientes para execução dos trabalhos, podendo, inclusive, trocar informações.

118 Até o final do primeiro semestre do ano civil, o auditor externo deverá enviar informações ao conselho regional de contabilidade sobre seus clientes cuja sede esteja localizada na jurisdição do respectivo conselho e que foram objeto de auditoria independente, realizada sobre as demonstrações financeiras do exercício anteriormente encerrado.

119 As estimativas contábeis são de responsabilidade da administração das entidades e fundamentam-se em fatores objetivos e subjetivos para o cálculo e a contabilização das provisões, que devem ser conferidos pelo auditor. Nessa situação, os aspectos conjunturais da economia e suas projeções não são de responsabilidade do auditor, cuja responsabilidade se restringe ao cálculo matemático-estatístico.

120 Os métodos utilizados para confirmar evidências incluem os seguintes procedimentos: confirmações externas, inspeção física, contagem dos itens físicos, exame ou obtenção de documentos autênticos, revisão dos critérios contábeis e conferência dos cálculos. No que se refere à confirmação externa, também chamada de circularização, é correto afirmar que se trata de um procedimento que visa verificar a veracidade de documentos apresentados ao auditor, como notas de compras ou de vendas.